Os Cristãos Novos na Formação da Família Cearense

VINICIUS BARROS LEAL

Constituimos uma individualidade racial com características bem definidas com traços físicos, índole, reações psicológicas, costumes e impressão geral apresentando uma média razoavel de biotipos, com qualidades comuns e mais ou menos semelhantes. No entanto, isto que assim se apresenta, teve sua base assentada em dois elementos raciais e religiosos de características díspares; não me refiro ao preto e ao índio, mas a dois povos separados por opostas tradições e mais de 1.000 anos de individualização: o cristão e o judeu.

O Povo tremendamente endogâmico, o hebreu, conservou seus traços, sua mentalidade, seus hábitos milenares, integralmente, pouco sofrendo, no conjunto, com as constantes mudanças de domicílio e pátrias através das perseguições que sempre o acompanharam. Odiados em todos os lugares onde estagiavam, expulsos incessantemente de qualquer pouso onde provisoriamente se estabelecessem para uma passageira moradia, é de admirar a perseverança com que sempre resistiram aos mais indizíveis sofrimentos. Partindo de um tugúrio a outro, sempre, onde paravam para tomar um pouco de ânimo, mantendo o mesmo espírito de constância, de persistência na crença ancestral, no espírito das gerações nunca esquecidas de seus profetas, guardando suas tradições, seus hábitos inveterados, seu folklore. A par disso, a imutabilidade antropológica, num conservantismo somático raro em qualquer outro povo ou raça. Pouco difere hoje um judeu puro, autêntico, que não tenha sofrido em sua gênese a influência de outra raça (e isto encontramos com frequência), de um outro de sua grei do século XV ou do XVI.

No presente trabalho pretendo mostrar a grande influência do elemento marrano na formação da família cearense. Foi substancial. E não era para esperar o contrário. Portugal foi conhecido em épocas pretéritas como a patria mesma dos judeus. Fugidos da Espanha, encontraram abrigo na proteção de D. Manuel. Foram legião. Elevaram para um terço a proporção que já era de 1/5 entre cristãos e judeus. Numa população de 1.000.000, eram 300.000 e tornaram-se 550.000, em 1.350.000. Chegada a hora da perseguição, entre outras opções, viram o Brasil em princípio de colonização. Lançaram-se ao desconhecido com o ânimo de desbravadores e logo viram surgir as possibilidades de fácil enriquecimento que o seu crisotropismo antevia. Trouxeram a técnica da indústria do açucar e pouco depois estavam dominando o mercado da Bahia e de Pernambuco. Ricos, passaram a monopolizar o mercado pelas facilidades que encontravam na colocação internacional de seu produto através da confraria dos judeus banqueiros da Holanda, Itália e França. Veio a Inquisição em Olinda, afugentou muitos, prendeu alguns. A invasão holandesa trouxe-lhes a liberdade de culto. Abriram a Sinagoga Zur Israel, descamuflaram-se, voltaram a usar os seus nomes hebraicos, opulentaram-se novamente, mas foi breve a ilusão. De Pernambuco, aqueles menos enraizados sairam para as Antilhas a fundar cidades, colonizar Martinica, fazer nascer a futura Nova York. Outros, retornaram à Holanda com todos os seus cabedais. Mas, muitos ainda ficaram, voltando novamente às práticas de um cripto judaismo ao qual já se tinham desabituado. Aparecem em 1711 no Recife, lutando pela autonomia da Vila em contraposição a Olinda com seus nobres.

Começa o desbravamento dos sertões visinhos. Adaptam-se às novas condições de vida. Vão ali tanto em procura de novas riquezas como para encontrar melhor refúgio para melhor professarem sua religião. É estranhavel êsse adentramento de um povo, que na afirmação de um anô-

nimo do século XVII "não cavam vinhas, não semeiam os campos, nem na fôrça da calma do estio regam e recolhem os pães e mais novidades" — (Cód. 1506, Papeis da Inquisição).

São encontrados nos Engenhos da Paraiba em 1729. São dezenas de famílias que praticam acintosamente o judaismo. Teve muito trabalho com eles o Familiar do Santo Ofício Antônio Borges da Fonsêca, pai do genealogista e governador do Ceará, Antônio José Vitoriano Borges da Fonsêca. Surpreendendo em pleno campo paraibano um forte e amalgamado grupo de criptojudeus não perdeu tempo em prendê-los e encaminhá-los a Lisboa. Poucos voltaram; dois, pelo menos, sabemos, alimentaram as fogueiras inquisitoriais e muitos morreram nos seus cárceres ou ficaram esmolando na capital do Reino. Os que conseguiram escapar da prisão mais e mais enterraram-se nos sertões da própria Paraiba e do Ceará. Estes, disfarçadamente, conseguiram uma grande infiltração no nosso Estado, sobretudo nos lugares do litoral mais próprios à cultura da cana de açucar. Ficaram em tôrno das atuais cidades de Cascavel, Aracati, etc.

Este fato ficou, até hoje na lembrança do povo, nas tradições de muitas famílias. Descendem muitas famílias cearenses desses cristãos novos. Esta recordação duas vezes centenária foi, há pouco mais de 30 anos passados, revivida por um conhecido comerciante cearense que estava desejoso de mandar seus filhos estudar na Alemanha de Hitler. Sabedor das perseguições que estavam sofrendo os judeus naquela nação, previdentemente achou por bem mandar fazer umas indagações genealógicas acerca de suas origens. Ouvira dizer, quando criança, que entre os seus avós, alguns professaram a fé de Moisés. Certos sobrenomes eram suspeitos e seria grande temeridade enviar assim mais vítimas para "a boca do lôbo". Procurou parentes mais idosos e, especialmente, conhecida senhora, hoje nonagenária, profunda conhecedora das raízes das

famílias do Ceará. Muito sensatamente, lembrou ela as dificuldades que tinha para dar uma confirmação documentada, mas, pelo que ouvira dizer por seus pai e avô, pessoas que viveram no século passado e que tiveram certa curiosidade por estes estudos, tudo levava a crer que a desconfiada herança poderia ser facilmente comprovada em certos livros guardados no Arcebispado. Talvês ela estivesse enganada, porquanto, em tais livros não caberia qualquer insinuação de tal labeu.

Consultei e copiei quase todos os livros guardados na Cúria de Fortaleza e hoje já posso afirmar, que em parte, aquela senhora tem razão. Pode-se, com métodos científicos de estudo e interpretação, verificar "quem é quem" pelos registros paroquiais.

São bem conhecidos os livros das Denunciações e das Confissões da Bahia e de Pernambuco, divulgados por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Paulo Prado e outros. Estes, se referem aos trabalhos do Visitador Heitor Furtado de Mendonça durante os anos de 1591 a 1595. Ultimamente, José Gonsalves de Melo Neto publicou mais um volume de Confissões de Pernambuco que permanecia inédito. Em 1612 volta o Santo Ofício ao Brasil e o resultado desta Visitação foi publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, tendo como Visitador, o bispo Marcos Teixeira. Nestas duas visitações, grande parte do Brasil, da Paraiba para o Sul foi visitada. Sabe-se agora, que o Norte não escapou das inquirições do Santo Ofício. Foi divulgado recentemente pelo Prof. José Roberto do Amaral Lapa, de S. Paulo, o "Livro da Visitação" dos Estados do Grão Pará, Maranhão, Rio Negro, Piaui e terras adjacentes". Esta, em 1763, fato até agora inteiramente desconhecido dos historiadores. Foram ouvidos 353 brancos, 55 índios, 42 negros escravos, 17 mamelucos, 6 cafusos e 12 mulatos.

O Ceará, certamente por sua pequena população, pobreza de recursos e desinteresse mesmo dos inquisidores, foi deixado à margem.

Contribuiu este esquecimento das terras cearenses pela Inquisição, para incrementar as transferências disfarçadas de numerosas famílias cripto judaicas da Paraiba e Pernambuco para nossa terra. Esta migração está bem documentada nos livros de registros paroquiais. Aí aparecem todos aqueles apelidos comuns aos judeus da região. Sãc numerosos os Fonsecas, Henriques, Rêgos, Pinto, Nunes, Mesquita, Rosa, Antunes etc., sobrenomes tipicamente do povo da raça proscrita. O primeiro desses grupos familiares, os Fonsecas, foi o mais numeroso. Residiam na Paraiba. em engenhos de açucar próximos à atual capital. Possuiam recursos e eram muito aparentados com outros grupos marranos. Foi o que mais sofreu com a Inquisição.

Em base nos documentos já divulgados desde o século passado por Varnhagen, e ultimamente retomados por muitos pesquisadores patrícios, e também estrangeiros, sabe-se que desde 1729 começaram a sofrer os vexames da perseguição do Santo Ofício. Não é de estranhar que tenham sido os primeiros a procurar abrigos noutras terras Alguns, puderam assim proceder; outros, foram agarrados antes de poder tomar qualquer atitude ou recorrer a abrigo seguro nas casas de parentes tidos por cristãos velhos.

Através dos registros de casamentos e batisados pude identificar a vinda para Aquirás, de uma filha do casal mais inexoravelmente atormentado pelos "familiares" inquisitoriais. Chamava-se Josefa Maria dos Reis. Nome disfarçado de uma Fonseca Rego, cristã nova pelos 4 costados. Era filha de Manuel Henriques Fonseca e de Joana Rêgo. Vale a pena contar a história deste casal. No "Auto de fé" de 17 de junho de 1731, em Lisboa, aparece o pai de Josefa qualificando-se como cristão novo, de 53 anos de idade, lavrador de canas, natural do Engenho Inhobim e morador no Riacho do Meio, distrito da cidade da Paraiba, no Bispado de Pernambuco. (Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo 7 (1845). Foi comprovada a sua culpa; judaizava.

Foi condenado a cárcere e hábito perpétuo. E também perda de todos os seus bens. (Os marranos brasileiros, Isaac Izeckson, 195). É provavel que jamais tenha voltado ao Brasil. Sua mulher, Joana do Rêgo o acompanhou no infortúnio. Presa na Paraiba, foi levada para Lisboa, figurando no mesmo Auto de Fé. Também natural da Paraiba, jamais voltou à sua terra. Hábito e cárcere perpétuo. Este hábito significava que pelo resto da vida teria que usar um "sambenito", isto é, uma espécie de avental amarelo com a estrela de David na frente. O aparecimento em público de uma pessoa com este vestuário era motivo para escárneo e manifestações de insultos e, ás vezes de violência por parte da multidão enfurecida, sobretudo, após uma simples manifestação das forças da natureza, como tufões, sismos, etc. A eles era atribuída a fúria divina.

Pois, deste casal, era filha Josefa, que casou em Aquirás a 22 de novembro de 1735. Ofereceu ao Padre ou sacristão que documentou o sacramento, a sua filiação e naturalidade. Devia estar muito segura de sí. Segurança que poderia ser motivada por sua total adesão à Fé católica ou por gozar de proteção especial de parentes influentes na nova terra de sua adoção. Os pais são dados como já falecidos. O noivo Antônio de Freitas Coutinho, natural de Sergipe d'El Rey, é filho de Pedro de Freitas Faleiro e Margarida de Brito Coutinho. Este último apelido é tipicamente judeu. E os Fonsêca Rêgo tinham já outras ligações com esta família de cristãos novos. Os padrinhos foram o Tenente Cel. José Correia Peralta e o Sarg.-mor Manuel de Brito. Presumo ser este o protetor de Josefa. Os Britos do Ceará eram cristãos novos. Em documentos antigos eles são taxados de mouros, mas, isto é apenas uma incompreensão muito corrente na época, em que não se distinguia o árabe do judeu; ambos eram inimigos da fé. O primeiro aparecimento do nome de Josefa em documento eclesiástico foi em Aquirás, a 20 de julho de 1734, quando ela foi madrinha de um escravo de Manuel de

Brito. O casal não teve filhos; apenas adotou uma criança chamada Joaquim, que teve por padrinho Luís Ribeiro Monção. Antônio de Freitas Coutinho teve vida ativa, sobretudo após 1746 quando passou a figurar na lista dos ocupantes de cargos públicos: alcaide, carcereiro e, mais demoradamente, "tesoureiro do cofre dos órfãos". Nesta função, sucedeu ao protetor Manuel de Brito. Num certo período ele desaparece da cena pública. Coincide isto, com a nomeação para governador do Ceará de Francisco da Costa. Costa era sobrinho de Antônio Borges da Fonsêca, familiar do Santo Ofício que teve grande atuação na Paraiba na repressão ao surto de judaismo ali ocorrido no segundo decênio do século XVIII. Foi este "familiar", que verificou e ordenou as prisões dos hereges. A queixa está bem explícita nas declarações de Antônio da Fonsêca Rêgo.

Na Revista de História n.º 98, pág. 359, em documentado trabalho de Anita Novinsky, podemos verificar que Antônio tinha na época de sua prisão, na Paraiba, 47 anos, isto é em 22 de novembro de 1729. Era lavrador de canas, não possuia bens de raís, mas arrendava terras a Baltazar da Rocha e a João Peixoto. No inventário feito na ocasião, declarou possuir diversos bens moveis, animais, escravos, jóias etc. Lamenta-se também da violência cometida pelos policiais que a mando de Antônio Borges da Fonseca o prenderam. Quebraram toda a louça de barro de seu uso. Tinha credores diversos e um deles, Francisco Barbosa de Menezes, talvez fosse o deste mesmo nome residente na época, em Aracati, e tronco da família Bezerra de Menezes naquela região. Entre os seus sobrinhos citados, está o nome de Miguel Henriques, que faz lembrar o seu homônimo. Miguel Henriques Fonsêca que teve, em Portugal, em 1682, um trágico fim: foi queimado vivo, "ouvindo o crepitar das próprias carnes e os uivos do populacho que o apedrejava" (Lúcio de Azevedo, História dos cristãos novos portugueses, 323). Miguel, que era advogado, não abjurou de sua fé tradicional e arraigada. Antes de ir para

a fogueira, entregou ao juiz uma declaração afirmando que voltaria, daí por diante, a assinar o seu nome na maneira hebraica original, isto é: Misael Hisneque de Fungoca. Aí a origem do apelido dessa família.

Voltando ao casal pai de Josefa. Tiveram outros filhos. Três deles, pelo menos, tiveram contas a ajustar com a Inquisição: José da Fonsêca Rêgo, Dionísia da Fonsêca e Izabel da Fonsêca Rêgo.

Estes 3 irmãos de Josefa estavam presentes no Auto de Fé de Lisboa realizado a 6 de julho de 1732. Certamente, a prisão havia ocorrido 2 ou 3 anos antes, motivada por denúncias dos próprios pais e de mais uma outra testemunha. Era condição exigida pelos inquisidores: duas testemunhas, duas denúncias. José, tinha 31 anos, era solteiro e já vivia muito dentro do sertão, nas Piranhas, próximo às lindes com o Ceará. Izabel, de 26 anos, já era viuva de Antônio Nunes e Dionísia, a mais convicta na religião de Moisés, tinha apenas 24. Muitos outros parentes estavam também em Lisboa, presos e passando pelas maiores agruras, na incerteza de seus destinos. Neste Auto, somaram 17, todos da cidade da Paraiba. José morreu no cárcere e suas duas irmãs foram condenadas a cárcere e hábito perpetuo, tal como seus pais. Dionísia foi renitente. Mesmo nas garras do Santo Ofício, continuou a judaizar, voltando ao banco de réus no auto de Fé de 18 de outubro de 1739 e mais uma vez condenada a prisão perpétua e sambenito. É extranhavel ter escapado da fogueira num Auto onde foi condenado a esta pena, por renitência um seu contraparente, o célebre Antônio José da Silva, filho de Lourença Coutinho.

Em que consistiam estes delitos tão graves que levavam estes infelizes a sacrificarem suas vidas, tendo uma morte infame e, muito pior ainda, muitas vezes, aqueles que não eram queimados e deveriam suportar pelo resto da existência as masmorras infectas, os trabalhos forçados, o degrêdo para terras inhóspitas? Unicamente o fato de

judaizarem; isto é, de, no recôndito de seus lares, praticarem cerimônias rituais milenares, jejuando nos grandes dias, deixando de trabalhar aos sábados, ou, algumas vezes, por um descuido, fazendo transparecer opiniões pessoais a respeito do conceito em que tinham os sacramentos ou atos da Religião oficial. Ainda hoje perduram, sem que ninguém se aperceba disto, no nosso dia a dia, hábitos e costumes que no passado eram vedados aos católicos. Por exemplo, o resguardo de 40 dias é prática tipicamente israelita; certos cuidados com os cadáveres antes do sepultamento, a troca de roupas limpas nos sábados, o uso da lamparina, tão comum no interior. Muito esmiuçado pelos inquisitores eram os hábitos alimentares. A maneira de tratar a carne e a escolha desta ainda perduram em muitas famílias. É claro, que atualmente estas pessoas são incapazes de explicar esta ou aquela preferência por determinado peixe ou por particular tratamento que recebem os alimentos em suas cosinhas. Nos séculos das perseguições, sabiam. Sabiam, mas, diante dos inquisidores faziam-se de inocentes. É muito divulgado nos livros que tratam do assunto, as confissões das filhas de Branca Dias, em Olinda. Diogo Fernandes e Branca fundaram uma Sinagoga em Camaragibe e lá reuniam frequentemente os criptojudeus da região. Muitos cearenses descendem deste casal, sobretudo, comprovadamente, os provenientes de Agostinho de Holanda, um dos filhos do fundador da família, Arnaud de Holanda. Agostinho era casado com uma neta de Branca Dias, Maria de Paiva. Apesar de toda a prosápia da família naqueles recuados tempos, este sobrinho neto do Papa Adriano VI foi chamado para dar explicações de certos hábitos alimentares de sua mulher que ali já procurara se justificar alegando idiossincrasias, repugnâncias e males do estômago. Milhares de atuais cearenses são 8.º, 9.º e 10.º netos de Maria de Paiva, que pelo exposto devia estar muito impregnada da fé de seus avós, judeus convictos, renitentes escapos da fogueira pela extemporaneidade da visita

de Heitor Furtado de Mendonça. Pelas monitorias da Inquisição, nestes casos de pertinácia e de resistência por parte dos cristãos novos de praticarem a fé católica, os descendentes destes casais, até a 10.ª geração, eram execrados, vilipendiados e sujeitos a outros vexames. Pombal se encarregou de cortar este cordão umbelical.

Voltando ao casal de Aquirás, Antônio de Freitas Coutinho e Josefa Maria dos Reis. Josefa, unicamente naquele batizado de um escravo de seu protetor teve seu nome anotado nos livros paroquiais. Antônio aparece uma única vez, também, testemunhando um casamento. Na capela do Forte, em 5 de agosto de 1761 presenciou o enlace de um filho de Paschoal Nunes Pereira. É bem estranhavel esta ausência aos atos religiosos de apadrinhamento, sobretudo num casal de bastante projeção no incipiente meio social, onde ele por diversas vezes ocupou cargos por eleição de seus coetâneos.

Antônio faleceu pouco depois desta última data, pois, sua viuva, a 9 de julho de 1764 casava segunda vez com o recém viuvo Jacinto Coelho Frazão. Josefa teria cerca de 50 anos e Jacinto mais do que isto e fôra casado com Maria Lopes Leitão, irmã de Francisco de Brito Pereira. Lopes, Brito e Pereira são nomes usuais entre os "da nação".

Judaizaram também no Ceará? Não podemos afirmar. Algum dia pode ser, tal como aconteceu agora no Pará, o "Livro" do Ceará aparecerá, se é que a Inquisição tenha andado por aqui, o que é pouco provável. E aí conheceremos os seus nomes e as suas convicções religiosas. Por ora, resta-nos levar nossas conjecturas até aquela Casa Grande nas proximidades de Baturité e chegar até o copiar, onde uma senhora de idade revive a sua triste mocidade na Paraiba. Em suas lembranças e em seus sonhos estarão presentes as cenas cruciantes da prisão de seus pais e irmãos e as notícias inseguras, por algum correligionário, dos Autos de Fé em Lisboa.

Os confitentes e denunciantes que compareciam á mesa

inquisitorial eram obrigados a assinar um papel obrigando-se a jamais revelar o que se passasse durante os interrogatórios. Apenas o que se tornava público eram as procissões para a Praça onde deveria ocorrer a publicação das sentenças e o cumprimento da pena, nas fogueiras previamente preparadas.

Nessas ocasiões apenas era dado encontrarem-se aqueles que durante anos permaneciam nas masmorras vigiados dia e noite. Muitas vezes para um último olhar, uma despedida cruel. Nestas circunstâncias estiveram parentes próximos de Josefa: Antônio da Fonsêca Rêgo e Maria Valença, ambos queimados em praça pública. Seus pais, uma vez, juntamente com os 3 filhos, para receberem a sentença de cárcere perpétuo. O casal de velhos e o filho homem, suportaram pouco tempo; morreram na prisão. Dionísia voltou a um 2.º Auto, por relapsia.

Tudo leva a crer que Josefa tinha certa inclinação pela observância da Lei mosáica. O seu 2.º marido, um Frazão, teve ascendentes inteiramente integrados no judaismo durante a ocupação holandesa. Um deles, Samuel Frazão chegou a ser eleito Rabino da sinagoga maurícia.

Mais difícil se torna hoje em dia a identificação destas pessoas, em vista da Carta Régia de 25 de maio de 1773, quando se mandou proceder uma devassa em todos os livros das Misericórdias, Irmandades, Companhias e Corporações, limpando-os de quaisquer notas maliciosas que fizessem distinguir cristãos velhos e novos. A lei era dura e foi cumprida, fazendo desaparecer para sempre as preciosas informações que nos possibilitariam uma identificação correta e segura dos marranos. Resta-nos, através de antigos genealogistas, e com o seguimento ordenado, metódico e paciente, acompanhar o desenrolar das múltiplas gerações. O trabalho é penoso, estafante, enfadonho, mas, compensa, pela alegria de um achado interessante, pelo levantamento de uma cortina que esconde um passado fascinante.